

CONTEXTO E DESDOBRAMENTOS DA IMPLANTAÇÃO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL) NO CEARÁ: PERCEPÇÕES DE SUJEITOS ENVOLVIDOS

ANA CRISTINA DE MORAES

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

RAQUEL ROGÉRIO SANTOS

Prefeitura Municipal de Itapipoca (PMI), Itapipoca, Ceará, Brasil

PEDRO JÔNATAS DA SILVA CHAVES

Prefeitura Municipal de Itapipoca (PMI), Itapipoca, Ceará, Brasil

RESUMO: No Brasil, houve diversas tentativas de erradicar o analfabetismo de jovens e adultos por meio de vários programas, sendo um deles o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Esse foi um Programa que conseguiu se expandir até nas mais distantes cidades do interior do Brasil. Ciente desta realidade, o trabalho tem por objetivo geral situar o contexto político, econômico e educacional do Estado do Ceará à época em que o MOBRAL foi implantado. Objetiva ainda apresentar movimentos de educação popular que ocorreram antes do Golpe Civil Militar de 1964, e também o que estava acontecendo no contexto cearense por meio de relatos de educadores. O estudo, qualitativo, respaldou-se teoricamente em autores como: Paiva (1981), Jannuzzi (1987), Farias (2009) e Gomes (2012). Utilizou-se como fonte de coleta de dados entrevistas feitas pelo NUDOC/UFC com pessoas que trabalharam na Secretaria de Educação do Estado no período estudado. A análise dos dados aponta para mudanças no modo como a educação vinha sendo conduzida pelo Estado no momento em que a Ditadura se instaura no País. O trabalho que anteriormente era realizado por esses educadores foi interrompido pelo fato de suas ideias confrontarem a ideologia dos militares.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. MOBRAL. Contexto Cearense.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino destinada a jovens e adultos não alfabetizados e àqueles que não deram continuidade aos seus estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade adequada, passou por diversas tentativas de promover a escolarização dessas pessoas por meio de diferentes programas. Cada um deles tinha por objetivo alfabetizar e proporcionar algum nível de educação formal para essa população. No entanto, dependendo de como e por quem o ensino era ofertado, atendia a interesses bem específicos, fossem eles políticos, sociais ou econômicos.

Quando, por exemplo, examinamos as experiências na EJA, desenvolvidas por grupos que tinham uma perspectiva de educação popular, temos como exemplo mais marcante a perspectiva de Paulo Freire. Com ele, pensamos uma educação de jovens e adultos preocupada em possibilitar às pessoas de classes sociais desfavorecidas a oportunidade de não apenas aprender a ler e escrever, mas de, no ato de sua

alfabetização, desfrutar de momentos de reflexão, conscientização e participação na própria educação.

Referenciada na realidade social, a educação popular incentiva a participação e o conscientização das pessoas, permeada por uma base política estimuladora do pensamento crítico, visando às transformações sociais e buscando atender os anseios dos sujeitos por liberdade, justiça e igualdade. Isso não significa que a educação popular se realize somente fora de uma instituição de ensino, mas que a mesma deveria, sobretudo nas escolas públicas, ganhar destaque, visto que muitos educadores progressistas lutam por educação pública de qualidade (ANDRADE; PEREIRA, 2008).

Com outra abordagem, podemos analisar as propostas de programas de governo que têm como meta principal alfabetizar para inserir no mercado de trabalho, como é o caso do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), programa de alfabetização desenvolvido durante a ditadura militar brasileira. Isto porque muitas vezes a educação de jovens e adultos esteve vinculada à noção de desenvolvimento econômico, e oferecer instrução para a população adulta era uma maneira de possibilitar a estes o ingresso no trabalho nas indústrias, ajudando no crescimento econômico do País.

Como experiências que antecederam o MOBRAL, podemos citar movimentos que visavam à educação e promoção da cultura popular, na década de 1960, tais como: o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Centro Popular de Cultura (CPC) e a Campanha de Educação Popular (CEPLAR). Podemos citar também a experiência de educação popular desenvolvida por Paulo Freire, que teve seu início na década de 1950. Já no ano de 1962, em Angicos, no Rio Grande do Norte, Freire e um grupo de estudantes universitários conseguiram alfabetizar 300 trabalhadores rurais em apenas 45 dias.

A experiência de Angicos se baseava em orientações metodológicas que podemos separar em três momentos: investigação temática, em que alfabetizador e alfabetizando buscam, juntos, no universo vocabular do educando, as palavras e temas centrais a serem trabalhados nas aulas; a tematização, em que educador e educando codificam e decodificam esses temas, buscando seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido; e, por último, a problematização, na qual eles buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica, científica, partindo para a transformação do contexto vivido (GADOTTI, 2013).

Com o golpe militar de 1964 essas experiências em educação popular não tiveram continuidade. Num contexto de censura ao pensamento contrário ao governo, não era desejável esse tipo de educação para jovens e adultos. Durante o período da ditadura civil militar, teve início, no ano de 1965, em Recife, a Cruzada da Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), movimento que antecedeu o MOBRAL e que teve forte influência dos Estados Unidos por meio do financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, dos missionários protestantes, e dos valores da sociedade estadunidense (HADDAD e DI PIERRO, 2000). Logo depois houve a criação do MOBRAL.

Estudar o MOBRAL é uma importante contribuição para o campo da educação, pois, ao nos propormos a pesquisa e análise desse importante capítulo da história da

educação de jovens e adultos no Brasil, é possível pensar as práticas atuais da EJA, o que avançamos ou que ainda há a fazer para melhorar a educação ofertada aos jovens e adultos. Para isso, é importante compreender o contexto em que o Movimento foi adotado como política pública educacional durante o período da ditadura civil militar. Partimos da compreensão do contexto (política, social, cultural) que vivia o Estado do Ceará no momento de criação do MOBRAL.

O estudo define-se como qualitativo, ao priorizar a análise dos elementos discursivos encontrados nos depoimentos de educadores cearenses atuantes nos anos de 1960 a 1980. Conforme aponta Minayo (1994, p. 21-22), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Acreditamos que esse tipo de investigação é o que mais se sintoniza com a busca de respostas para conhecer como estava o contexto político, econômico, educacional e cultural do Ceará nos anos que antecederam à ditadura militar, exercido e proclamado pelos próprios sujeitos da pesquisa. É fundamental um estudo qualitativo capaz de apreender, a partir dos discursos e práticas, as elaborações destes.

De acordo com Szimanski e Yunes, que em suas pesquisas realizaram a entrevista reflexiva, essa proposta metodológica possui uma perspectiva dinâmica e interativa e supõe que “a reflexividade tem o sentido de refletir a fala de quem foi entrevistado, expressando a compreensão da mesma pelo entrevistador e submeter tal compreensão ao próprio entrevistado” (2005, p. 3). A escolha da história oral temática se deu pela necessidade de dar visibilidade às vozes dos sujeitos da pesquisa, levando em consideração suas memórias, narrativas e identidades. A mesma registra a memória viva, construindo uma imagem caleidoscópica e dinâmica do vivido, respeitando-se a narrativa do entrevistado (BOSI, 1994).

Realizamos, além de extensa pesquisa bibliográfica, consulta aos arquivos de entrevistas e revistas do Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC, do departamento de História da Universidade Federal do Ceará – UFC.

CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DO MOBRAL

Para compreender os caminhos que a Educação de Jovens e Adultos percorreu até se configurar no que é hoje, é necessário um olhar detido sobre a temática na história da educação brasileira, bem como analisar todo o contexto social, econômico, político e cultural que fundamenta a própria razão de existência da EJA.

O período que antecede a criação do MOBRAL como política pública educacional é marcado por crise econômica mundial. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, muitos países ficaram com a economia abalada. Com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 16 de novembro do mesmo ano, abordou-se o tema da educação, bem como da formação de mão de obra, como realidades muito próximas. A UNESCO exerceu influência também nas decisões sobre políticas públicas voltadas à educação no Brasil, ressaltando a importância da alfabetização de adultos para o desenvolvimento socioeconômico e a consequente vinculação que deveria existir entre os programas de alfabetização e a preparação da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 1989).

Segundo dados do mapa do analfabetismo no Brasil, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, nos anos de 1950, no recorte etário da população que tinha 15 anos ou mais, num total de 30.188 pessoas, 15.272 eram analfabetas, ou seja, 50,6%. Em 1960, para um total de 40.233 pessoas, 15.964 não sabiam ler nem escrever, totalizando 39,7% da população (BRASIL, 2003). Esses resultados demonstram o fracasso que haviam sido as campanhas de alfabetização realizadas anteriormente. Essas campanhas foram lançadas em muitos países periféricos após a Segunda Guerra Mundial. Estimuladas pela UNESCO, elas pretendiam contribuir para elevar novas parcelas da população à cidadania política (pois, conforme legislação do período, os analfabetos estavam impedidos de votar), e, ao mesmo tempo, difundir ideais democráticos (PAIVA, 1981), atendendo também ao desenvolvimento econômico, que poderia passar a contar com a mão de obra de uma população instruída e preparada para o trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos, em algumas circunstâncias, esteve vinculada à noção de desenvolvimento econômico (JANNUZZI, 1987). Na metade final da década de 1950 e início dos anos 1960, do ponto de vista político, estava em curso o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. Seu governo foi marcado pelo slogan “Cinquenta anos em cinco”, que se propunha a desenvolver cinquenta anos de progresso em cinco anos de realizações. Como pensar, no entanto, em desenvolvimento econômico para um país onde grande parte de sua população adulta era analfabeta e não qualificada para o trabalho? Para acompanhar a efervescência e onda de crescimento nacional, que teve seu início na década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas, tendo continuidade no governo de Juscelino Kubitschek, era necessário capacitar trabalhadores para as indústrias que começavam a surgir no país

Meios de comunicação, como o cinema e a televisão, começavam também a se tornar parte do cotidiano da vida do brasileiro e faziam o papel de disseminar a ideia de nacionalismo, e a ideologia de um país em progresso. No contexto educacional, nesse período o Sistema Rádio Educativo Nacional – SIRENA – foi criado, e também ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Com a convocação do II Congresso Nacional de Educação de Adultos pelo MEC em 1958 o governo Kubitschek reconheceu, em público, o fracasso das campanhas de massa e solicitou aos educadores a “formulação de uma doutrina sobre a matéria” para orientar o governo e particulares no planejamento e condução dos programas de educação de adultos (PAIVA, 1981, p. 89).

O SIRENA, conforme aponta o verbete elaborado para o site Educa Brasil (MENEZES; SANTOS, 2001), foi um sistema de ensino através do rádio, criado em 1957 pelo governo federal, que visava a produção de programas educativos veiculados por emissoras espalhadas por todo o país. Sua criação foi fomentada pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. Campanha lançada em janeiro de 1947, foi a de maiores proporções já organizadas no país, antes do MOBRAL.

Garantir a alfabetização de todos os adultos era não apenas uma maneira de tentar impulsionar a economia por meio de mão de obra qualificada, mas também uma oportunidade de garantir o direito ao voto, já que não era concedido aos analfabetos o direito de votar.

O II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos, em 1958, no Rio de Janeiro, foi importante por ser o momento em que, inicialmente, surgiu a ideia de um programa que se tornasse uma política pública permanente de educação de jovens e adultos. Como resultado desse congresso foi criado o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, que teve sua direção assumida por Paulo Freire. Esse plano e todas as demais tentativas de se organizar uma educação popular de jovens e adultos no Brasil foram extintas em 1964, com o Golpe civil militar. O Plano Nacional de Alfabetização poderia ter tido a mesma abrangência que o MOBREAL, tratando-se de alcance territorial, e, quem sabe, teria resultados significativos com relação à erradicação do analfabetismo.

Com o golpe civil militar, deflagrado em 31 de março de 1964, a sociedade brasileira viria a sofrer muitas mudanças políticas, afetando todos os setores, inclusive o da educação. Dentro de um contexto social onde predominava a censura ao pensamento e a tudo que ousava ir contra o regime militar, obviamente uma educação libertadora, como era a proposta de Paulo Freire, não era mais bem vista nem desejável aos jovens e adultos analfabetos. Nesse momento foi iniciada uma nova proposta de educação de jovens e adultos, desta vez com os desígnios dos militares.

O CENÁRIO CEARENSE NA IMPLEMENTAÇÃO DO MOBREAL

Quando ocorreu o golpe militar em 1964, o Estado do Ceará era governado pelo coronel Virgílio Távora, governador eleito em 1962 pela coligação entre o Partido Social Democrático (PSD), e a União Democrática Nacional (UDN), que formavam a “União Pelo Ceará” (FARIAS 2009). Virgílio Távora colocou em prática no Ceará um plano de governo chamado “Modernização Conservadora”. Essa modernização pode ser vista no sentido de realizar no Estado grandes obras e projetos estruturantes, e conservadora porque a realização dessas obras era feita dentro dos mesmos padrões políticos existentes, ou seja, a causa social não era uma grande preocupação para as oligarquias que sempre governaram o Ceará (FARIAS, 2009).

Assim, em seu primeiro mandato como governador do Ceará, Virgílio Távora, “[...] buscou sempre situar o Ceará nos rumos da modernização conservadora, atingindo desde a qualificação dos professores até a instalação de energia elétrica no Estado advinda de Paulo Afonso, metas atingidas com o auxílio do Governo Federal” (GOMES, 2012, p.50). Paradoxalmente, Virgílio Távora contribuiu para mudar o perfil econômico do Estado do Ceará, entretanto Farias (2009, p. 325) descreve o cenário econômico do Ceará à época de Távora:

O Ceará sempre foi uma região de economia pouco dinâmica e periférica do Brasil. Estado pobre, distante dos grandes centros mundiais do capitalismo, sujeito à secas periódicas e de solos ruins (pouco férteis e desgastados pela erosão, uso contínuo e falta de investimentos), apresentava uma estrutura latifundiária intocada e uma elevada concentração de renda, o que diminuía por demais o mercado consumidor interno. Sua economia no início dos anos 1960 continuava frágil, baseada no comércio, na produção agropastoril, na lavoura de subsistência e nas atividades extrativistas, sujeitas aos efeitos das estiagens e às variações do mercado internacional/ nacional (sudeste) – em 1960 a

agropecuária era responsável por 45% da renda estadual, percentual vindo sobre maneira do plantio e venda de algodão.

Por esses fatores, e devido a essa fragilidade estrutural, no Ceará era característica a ausência de oligarquias fortes e influentes, o que tornava necessário a busca pelo apoio de órgãos federais para realizar a efetiva industrialização. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) eram exemplos de órgãos dos quais o governo do Ceará se valia para realizar sua “modernização conservadora” (GOMES, 2012). Foi um momento marcado pela introdução de técnicos na máquina estatal. Esses tecnocratas dividiam espaço com os indicados políticos de Távora para ocupar secretarias específicas, no intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no planejamento do processo de industrialização.

No campo educacional, dentre os técnicos escolhidos por Távora, foram chamados para assessorar a pasta da Educação um grupo de professores de esquerda, chamados de “notáveis”, entre os quais estava a educadora Luiza de Teodoro. Conforme salienta Farias (2009, p. 326):

Tal assessoria elaborou um projeto educacional para o Estado com características inovadoras e populares, influenciado pelo solidarismo cristão (uma parcela da Igreja que se inclinava, então, para as reformas sociais) e pelas pedagogias de Paulo Freire e do francês Jean Piaget, esta última trazida para o Ceará no início da década de 60, pelo professor Lauro de Oliveira Lima – que se tornaria um dos mais importantes educadores do Brasil. Dentro das ideias “modernizantes e desenvolvimentistas”, Távora defendia o aperfeiçoamento e especialização da mão-de-obra para a produção e erradicação do analfabetismo (na época, 70% dos cearenses não sabiam ler e escrever). Por esse motivo, convidou para sua gestão aqueles “notáveis”, “entendidos” em educação, mesmo sabendo das tendências socialistas dos mesmos.

Sobre a parceria entre Lauro de Oliveira Lima e o grupo coordenado por Luiza de Teodoro, e sobre os estudos e aplicação da teoria de Piaget na educação cearense por parte de Lauro, a professora Luiza, em entrevista a Francisco Moreira, do Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC) da UFC, no ano de 2002 relatava que:

O Lauro é uma pessoa extraordinária. É um gênio da educação e um pioneiro, um líder, um cara que sabia descobrir as pessoas e acreditar nelas e tirar das pessoas o melhor que elas podiam dar. O Lauro foi capaz de apostar num grupo de jovens, nós éramos jovens, [...] gente assim que era capaz, que tinha possibilidades que a vida comprovou que valia a pena e nós formamos grupos, ele nos fazia estudar. E nós chegamos a fazer uma experiência pedagógica que eu lamento que não se possa recuperar, não no sentido de fazer de novo, o tempo não volta, mas o espírito da coisa; nós saíamos nas chamadas Missões Pedagógicas. Reuníamos pessoas de várias especialidades e íamos para o interior, para uma cidade do interior,

passávamos lá quinze dias e dávamos realmente um curso intensivo e universitário, e graduávamos essas pessoas. Ele era representante do MEC aqui no Ceará, a gente dava graduação a pessoas que foram e são grandes professores. Nós semeamos isso pelo interior, durante algum tempo, dois ou três anos, isso nos obrigava permanentemente a estudar, aprofundar, sobretudo o estudo da obra de Piaget. Piaget era um cientista, ele mesmo disse quando esteve no Brasil que foi o Lauro que o transformou num pedagogo, porque aplicou toda a teoria do Piaget dentro das escolas. Entre nós aprendíamos uns com os outros, [...] aprendíamos com o povão. [...] Na verdade, a minha graduação, mestrado e doutorado em educação foi a convivência com o Lauro Oliveira Lima.

Ela também comenta sobre sua atuação junto com seu grupo na direção da Secretaria de Educação do Estado na época do governador Virgílio Távora, que lhes incumbiu de assumir a pasta da educação mesmo tendo posições políticas contrárias às dele, visto que o grupo de educadores tinham ideias pautadas em uma perspectiva política de esquerda. Ela fala que:

Foi no começo da década de sessenta. O Virgílio Távora que foi, até hoje, o melhor estadista que eu já vi, que eu conheci de perto, resolveu dar uma estrutura orgânica ao governo. Então, entre outras coisas, ele criou uma assessoria de educação para fazer toda uma revisão do ensino público e, na medida do possível, dar uma orientação a esse ensino público. Por isso é que todas as coisas estavam ligadas, as pessoas da Juventude Universitária Católica estavam lá. E, não por acaso, éramos todos de oposição a ele, éramos todos de esquerda e ele nos disse mesmo: "Eu sei que vocês são contra mim, politicamente, mas eu sei que vocês têm competência". Isso é de uma grandeza que raramente se encontrava e se encontra ainda. "Eu chamei por isso, tenho certeza, vocês não combinam comigo na ideologia, nem eu com vocês, mas que vocês sabem fazer, sabem. Então façam." E nos entregou, entregou mesmo, confiadamente, todo o processo de avaliação e de reestruturação do ensino. Entre as pessoas que podiam ajudar nessa reestruturação do ensino, convidamos para vir ao Ceará o Paulo Freire. Porque as coisas são simultâneas, quer dizer, era o Brasil inteiro que estava nesse processo, então, o trabalho do Paulo se manifesta nessa época. E nós do Ceará, participamos dessas primeiras caminhadas com o método Paulo Freire.

Outra educadora que também foi convidada por Virgílio Távora para compor a equipe que trabalharia na Secretaria de Educação (SEDUC) foi a professora Maria Antonieta Cals de Oliveira, mais conhecida como Toni Cals, sendo a primeira mulher a administrar a Secretaria. Ela relata também em entrevista ao NUDOC no ano de 2002 que:

Ele [Távora] era governador e eu trabalhava no Grupo Visconde do Rio Branco, e ele foi visitar o Grupo. Ele era uma pessoa que não ficava no gabinete e eu, como era diretora lá no Visconde do Rio

Branco, tive que acompanhá-lo, mostrando as salas e explicando. Quando terminou a visita, ele disse: "A senhora está intimada a ir lá no meu gabinete amanhã", e eu disse: "Para quê, Governador?" A senhora vai saber lá (Risos). Quando cheguei lá no dia seguinte morta de medo ele disse: "A senhora está convidada a vir trabalhar na equipe de educação da Secretaria", e eu fiquei muito atrapalhada: "Governador...", "Não aceito recusas". E eu: "Só estou honrada com o seu convite". [...] Então eu fui para uma equipe técnica, ele me encarregou: "A missão da senhora é analisar o currículo antigo e implantar um novo. Eu quero uma reforma de ensino nova, tem carta branca, vai despachar comigo toda semana, para vir me prestar conta do que está fazendo. Traga o nome de quem a senhora precisa para trabalhar com a senhora". Ele me deu carta branca e eu fiquei atordoada, mas com coragem porque eu tinha o apoio dele, né? E aí comecei a trabalhar, trabalhar muito. [...] Foi uma experiência extraordinária, nós reformulamos todo o currículo.

Na entrevista, ela também recorda a participação da professora Teodoro nessa equipe e, assim como a colega de trabalho, relembra a influência e orientação que receberam de Lauro de Oliveira Lima que, segundo ela, deveria estar mais presente nas discussões sobre educação. Toni Cals recorda que, com o Golpe Militar de 1964, houve uma quebra no que eles vinham realizando. Segundo ela: "Houve uma quebra muito grande, inclusive, algumas de nossas companheiras tiveram que deixar, tiveram que sair daqui do Ceará. Eu mesma fui, às vezes, inquirida, de vez em quando tinha um interrogatório por lá". Ela também fala sobre a posição do Governador diante do novo cenário político:

O Virgílio foi um homem, para mim, extraordinário! Grande político, grande administrador, porque ele sabia que era acompanhado de perto. Naquele tempo os militares tinham um peso muito grande, uma força muito grande, e achavam que o Virgílio tinha tendências de esquerda e tinham muitas pessoas de esquerda nas equipes. Então, muitas vezes queriam exigir dele o corte e ele reagia. Não aceitava cortar pessoas e aí tinha que estudar uma outra forma de conviver. De maneira que ele soube, ele teve a habilidade de conduzir muito bem, administrativamente, o Estado e, ao mesmo tempo, conviver com aquela ala militar que, também, ele era oriundo dessa classe e convivia com ela, às vezes, um pouco em atrito, mas conservando a dignidade, autoridade, uns e outros.

A tomada do poder pelos militares e as mudanças que ocorreram em decorrência desse fato também ficaram marcadas na memória do professor e padre Jorgelito Cals. Na entrevista ao NUDOC ele relata:

Ah 64! 64 eu não gosto nem de me lembrar! Nessa época eu era o presidente do sindicato dos estabelecimentos particulares de ensino e então fui chamado várias vezes para depor no quartel

perante os oficiais sobre casos que aconteciam em colégios. Às vezes o diretor não tinha aquela prudência necessária e dizia alguma coisa que, naquele momento, poderia ofender as instituições e lá ia eu como presidente do sindicato. Era chamado lá etc. Me impressionou bastante. [...] Fui obrigado a dispensar um professor do colégio Castelo Branco, a mandado deles, pelo fato de que naquele tempo o dito professor ter ideias extremistas. Ele foi proibido de dar aula e eu fui obrigado a obedecer à ordem que recebi. Foi um tempo assim meio perturbado não é?...

Jorgelito recorda que, em 1970, na condição de presidente do Conselho de Educação, foi convidado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID, para fazer um curso na Universidade de San Diego:

A experiência foi muito proveitosa. A USAID é um convênio com o Ministério da Educação e todos os anos educadores iam fazer um curso de planejamento educacional – educadores brasileiros. Nesse ano de 70 foram escolhidos dez estados do Brasil. Eu estava na presidência do Conselho de Educação e o Secretário de Educação era o Monsenhor André Viana Camurça. De preferência era o Secretário de Educação e o Presidente do Conselho, os dois escolhidos para participar do curso; fomos nós dois então, fazer este curso. [...] O objetivo era conhecer o sistema de ensino americano em vista de um planejamento educacional que é muito diferente do nosso.

O professor não deixa claro se a intenção era trazer para o Brasil o modelo educacional dos Estados Unidos, mas podemos imaginar que a USAID, assim como a UNESCO, também pretendia influenciar no direcionamento da educação em diversos países, principalmente em países não desenvolvidos na época, como era o caso do Brasil.

Em 1970, a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Ceará buscava elaborar seu primeiro Plano Estadual de Educação (PEE). Para isso, realizou um diagnóstico educacional que mostrou resultados preocupantes: 44% da população na faixa de sete a catorze anos estavam sem atendimento escolar, somente 3% dos alunos matriculados na 1ª série atingiam a 8ª série do 1º grau (atual ensino fundamental), a evasão e repetência escolar atingiam a taxa de 20%, heterogeneidade etária em todas as séries do 1º grau, grande número de professores leigos, sobretudo na rede municipal (GOMES, 2012). Com relação à educação de jovens e adultos,

[...] esta estava posta para as Secretarias como um desafio e tinham suas bases conceituais estabelecidas no Estado, na Resolução 52/73, do Conselho de Educação do Ceará, que fixa as suas diretrizes e era calcado no capítulo IV da Lei Federal 5692/71. Segundo a referida Resolução, o ensino supletivo no Ceará era caracterizado por funções de suplência, suprimento e qualificação e aprendizagem, e permitia que fosse dedicado a ele um tratamento específico, considerando como um subsistema do Sistema de

Informações Estatísticas para Educação – SIEPE/CE (GOMES, 2012, p. 57).

Em 1971 a educação de jovens e adultos tinha uma duração de dois anos e meio, em seis fases de quatro meses, distribuídas no período de março a junho, e de agosto a novembro. As disciplinas ensinadas eram Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais e Educação Moral e Cívica. A proposta pedagógica que fundamentava as ações pedagógicas no Ceará para a educação de adultos era chamada de educação de base, e mantinha preocupação com a problemática do adulto analfabeto, levando em conta seus interesses e necessidades (GOMES, 2012).

Sobre o grupo de professores chamados de “notáveis”, houve conflito entre o pensamento destes e a gestão de Virgílio Távora. O governador buscou ampliar a rede de ensino, reequipar as escolas, contratar professores, aumentar os salários, promover cursos de qualificação do magistério, entre outras realizações. Sua preocupação principal era com uma educação voltada para os valores patrióticos e mercado de trabalho, ao passo que, os “notáveis” enxergavam a escola como um local de diálogo e criticidade.

Embora o governador apoiasse a gestão desses educadores na pasta da educação, havia uma pressão muito grande contra as ideologias de esquerda. Luiza de Teodoro fala ainda, na entrevista, sobre o curso que ministravam abordando o método Paulo Freire e que o próprio governador assistia às aulas para ver o que era abordado:

O governador Virgílio Távora assistiu a todas as aulas, porque ele disse: “Olha, como há muita fofoca, eu vou assistir a todas as aulas, para poder responder o que realmente vocês disseram e não outras coisas. Eu tenho que proteger vocês.” Porque a coisa estava toda armada. E ele sabia. “Eu tenho que proteger vocês, se vocês fizerem esse método Paulo Freire sozinhos, vai ser mais um instrumento de acusação.” Então, ficou, assistiu todas as aulas. [...] Concluímos o curso e lançamos o “livro da Professora”.

A professora Teodoro comenta que esse livro que foi lançado após o término do curso, tinha uma capa verde e vermelha e a figura de uma professora segurando um livro vermelho e, por isso sofreu pressão para ser tirado de circulação, por ser considerado comunista. Ela relembra:

O livro foi lançado, Virgílio fez a introdução muito bonita, escrita no livro - depois de 64 foi retirada - mas na primeira edição tinha uma apresentação dele e o livro foi lançado. Só que veio o 1º de abril, então, o que foi que o Virgílio fez? Ele nos chamou e disse: “Olha, a pressão é para que os demita.” Nessa época, eu continuava professora do Estado. Ele disse: “Eu não faço isso, eu dissolvo a assessoria, simplesmente.” Porque além de ser um grande estadista, ele era um grande ser humano, um grande amigo também. Dissolveu a assessoria e o livro já estava publicado. Aí começou a perseguição. Havia gente encarregada de ir a todas as escolas para

dizer que o livro era comunista. “Veja como é tão comunista, que ela está segurando um livro vermelho.” Era o tempo do Mao Tse Tung. “Olha, segurando o livro vermelho do Mao Tse Tung”.

Esse projeto de educação popular que vinha sendo desenvolvido pelo grupo foi desmontado e os profissionais até mesmo saíram para morar em outros estados, com a ocorrência do golpe militar. Eles, assim como tantos outros que se opunham ao regime militar, foram acusados de serem “subversivos”.

As primeiras notícias sobre o golpe chegam a Fortaleza pelo rádio, ainda na noite de 31 de março. Os grupos de esquerda do Estado ainda tentaram de forma ineficaz articular alguma resistência, porém já era tarde, o golpe estava consolidado.

A partir de então muitas transformações viriam a ocorrer na sociedade brasileira. Na área da Educação o ensino também refletiu essas mudanças. Experiências de educação popular para jovens e adultos seriam deixadas de lado, por confrontarem com a ideologia do regime militar, e a alfabetização e educação continuada dessas pessoas receberiam agora uma nova direção proposta pelos governos militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil já tivemos inúmeras iniciativas que tentaram acabar com o analfabetismo dessas pessoas. Nenhuma delas, no entanto, conseguiu eliminar de vez o analfabetismo do País. Algumas por fracassarem no método, outras por terem sido interrompidas bruscamente como é o caso das campanhas de educação popular na década de 1960. Percebemos também que elas sempre estiveram associadas ao contexto político e econômico de cada época. Dependendo das necessidades pelas quais o País passava, ou dependendo do que se esperava alcançar com determinado tipo de alfabetização e de que grupo oferecia o ensino, eram ofertados diferentes tipos de saberes aos jovens e adultos.

Com os militares e o ensino do MOBRAL, a alfabetização funcional tinha como objetivo preparar a população adulta e jovem para o mercado de trabalho e gerar neles o desejo de melhorar de vida por meio da ampliação do nível de escolaridade. Na perspectiva governamental, podendo aprender e trabalhar, essas pessoas poderiam ajudar no crescimento do Brasil. Era a ideia de educação associada ao crescimento econômico da nação, marca que foi propagada pela ideologia do Regime.

Ao consultar a bibliografia que aborda o Programa, encontramos muitas críticas ao método e a ideologia nele contida. A principal crítica ao método é que este propunha uma alfabetização descontextualizada da realidade dos educandos; a proposta educativa parte do método de alfabetização de Paulo Freire, mas se adequa às exigências do regime militar. Imita as palavras-geradoras, mas o conteúdo das palavras é gerado pela equipe do Programa e não a partir da vivência da comunidade, e o conteúdo é nutrido da ideologia do sistema de governo da época. Ideologia que pregava a conformação social, a paz, a “ordem”, embora tudo estivesse fora de ordem, principalmente para as pessoas de classes sociais baixas, o público-alvo do MOBRAL, mas muitos destes sequer questionavam essa “ordem”, pois não tinham consciência de sua situação de opressão.

De modo geral, compreendemos que alfabetizar e educar adultos precisa ser entendido como momento de formação para transformação de vida. Não uma transformação de vida que implique apenas em arrumar um emprego e ganhar dinheiro, mudanças do ponto de vista da ascensão social e ampliação, como foi a intenção do MOBRAL, mas uma formação ampla, cultural, artística e política. Formação que permitisse aos adultos e jovens questionarem sua situação de pobreza e alienação em relação às opressões sociais e lutarem para modificar sua realidade.

Os depoimentos de educadores cearenses que viveram a época que antecedeu o MOBRAL e o momento de sua implantação revelam que houve certa possibilidade inicial de diálogo com o governo estadual cearense para implantação de uma proposta educativa crítica, mas, com o tempo, essa intenção foi sendo suprimida pelo regime militar, como em todo o contexto nacional. Embora o governador Virgílio Távora tentasse manter um diálogo entre os diferentes grupos, educadores e militares com ideais opostos, com o passar do tempo foi tornando-se muito difícil manter essa relação, pois as ideias de educação popular e crítica, que os professores tinham e buscavam pôr em prática no Ceará, confrontavam diretamente a educação que os militares pretendiam repassar para o povo.

Artigo recebido em: 26/01/2021

Aprovado para publicação em: 16/11/2021

CONTEXT AND DEPLOYMENTS OF THE IMPLEMENTATION OF THE BRAZILIAN LITERACY MOVEMENT - MOBRAL - NO CEARÁ: PERCEPTIONS OF SUBJECTS INVOLVED

ABSTRACT: In Brazil, there have already been several attempts to eradicate illiteracy among young people and adults through many programs, one of them being very significant, the Brazilian Movement of Literacy - MOBRAL. It was a Program that managed to expand even in the most distant cities of the interior of Brazil. Aware of this reality, the general objective of the work is to situate the political, economic and educational context of the State of Ceará at the time MOBRAL was implemented. It also aims to present popular education movements that occurred before the Military Coup, and also what was happening in the context of Ceará through reports from educators. The qualitative study was theoretically supported by authors such as Paiva (1981), Jannuzzi (1987), Farias (2009) and Gomes (2012). It was used as a source of data collection, interviews done by NUDOC / UFC, with people who worked in the State Education Department. The analysis of the data points to changes in the way education was being conducted in the State at the moment when the dictatorship settles in the Country. The work that was done by these educators had to be interrupted by the fact that their ideas confronted with the ideology of the military.

KEYWORDS: Youth and Adult Education. MOBRAL. Context Cearense.

MORAES, A. C. de; SANTOS, R. R.; CHAVES, P. J. da S.

CONTEXTO Y EVOLUCIÓN DE LA IMPLEMENTACIÓN DEL MOVIMIENTO DE ALFABETIZACIÓN BRASILEÑA - MOBRAL - EN CEARÁ: PERCEPCIONES DE LOS SUJETOS INVOLUCRADOS

RESUMEN: En Brasil, ha habido varios intentos de erradicar el analfabetismo de jóvenes y adultos a través de muchos programas, uno de los cuales es muy significativo, el Movimiento Brasileño de Alfabetización - MOBRAL. Fue un Programa que logró expandirse incluso en las ciudades más distantes del interior de Brasil. Consciente de esta realidad, el trabajo tiene como objetivo general ubicar el contexto político, económico y educativo del Estado de Ceará en el momento en que se implementó MOBRAL. También pretende dar a conocer los movimientos de educación popular que ocurrieron antes del Golpe Militar, y también lo que estaba sucediendo en el contexto de Ceará a través de informes de educadores. El estudio cualitativo fue apoyado teóricamente por autores como: Paiva (1981), Jannuzzi (1987), Farias (2009) y Gomes (2012). Las entrevistas realizadas por NUDOC / UFC se utilizaron como fuente de recopilación de datos con personas que trabajaban en el Departamento de Educación del Estado. El análisis de los datos apunta a cambios en la forma en que se llevaba a cabo la educación en el Estado en el momento en que se instaló la dictadura en el país. La labor que realizaban estos educadores tuvo que ser interrumpida por el hecho de que sus ideas con la ideología de los militares.

PALABRAS CLAVE: Educación de Jóvenes y Adultos. MOBRAL. Contexto Cearense.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vivian Galdino de; PEREIRA, Fabíola Andrade. Alguns apontamentos da educação popular frente à construção de uma escola cidadã. **Revista Espaço Acadêmico**, Paraíba, nº 82, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/>>. Acesso em: 06 set. 2016.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: MEC/ INEP, 2003. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/> Acesso em: 12 de maio de 2016.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza, Edições Livro Técnico, 2009.

GADOTTI, Moacir. Alfabetizar e Politizar: Angicos, 50 anos depois. **Angicos: Revista de Informação do Semiárido – RISA**, v. 1. n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/risa/article/view/3150/pdf_8>. Acesso em: 01 fev. 2017.

GOMES, Luciana Kellen de Souza. **Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAL em Fortaleza**. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3577>>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, 2000.

JANNUZZI, Gilberta Martinho. **Confronto pedagógico**: Paulo Freire e MOBRAL. 3. Ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

MENEZES, EbenezerTakuro de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes Sirena (Sistema Rádio Educativo Nacional). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**- Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/sirena-sistema-radioeducativo-nacional/>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2016.

MINAYO, M. C. Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993.

PAIVA, Vanilda Pereira. MOBRAL: um desacerto autoritário. **Síntese Revista de Filosofia**, v. 8, n. 23, 1981.

SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Editora Plano, 2002.

ANA CRISTINA DE MORAES: Pós-doutora em Educação pelo PPGE da Universidade Federal do Ceará - UFC. Doutora em Educação (UNICAMP). Mestre em Educação (UFC). Especialista em Metodologia do Ensino de Artes (UECE). Professora da Universidade Estadual do Ceará – UECE/Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI. Vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Educação da UECE – PPGE – e ao Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação – MAIE.
Orcid: 0000-0002-8650-8272
E-mail: cris.moraes@uece.br

RAQUEL ROGÉRIO SANTOS: Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI-UECE). Professora efetiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública municipal de ensino do município de Itapipoca-CE.
Orcid: 0000-0002-3559-9565
E-mail: raquelrogerio88@gmail.com

PEDRO JÔNATAS DA SILVA CHAVES: Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE), na Linha de Pesquisa Formação, Didática e Trabalho Docente, no núcleo Didática, Saberes Docentes e Prática Pedagógica. Membro do GT04 Didática da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Atua como professor formador de professores dos anos finais do ensino fundamental na Prefeitura Municipal de Itapipoca (PMI).
Orcid: 0000-0002-1373-6805
E-mail: pedrojonatas_sc@hotmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).